



TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO SOLICITANTE

Secretaria de Administração
Diretoria de Esporte
Fundo Municipal de Saúde
Polícia Militar de Urussanga
Corpo de Bombeiro de Urussanga
Diretoria de Turismo
Secretaria de Educação
Fundo Municipal de Assistência Social
Secretaria de Agricultura

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto os serviços de instalação de sistema de videomonitoramento, composto por câmeras, cabeamento, gravador de imagens (DVR) e acessórios necessários ao funcionamento dos sistemas que necessitem de instalação e/ou manutenção.

1.1. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

A estimativa da quantidade de itens a serem adquiridos e/ou instalados foi realizada com base em levantamento considerando as dimensões dos ambientes, a necessidade de organização dos espaços e a padronização visual nos prédios públicos do Município de Urussanga/SC, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar.

1.2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, visando garantir a qualidade dos produtos, a adequação às necessidades do Município de Urussanga/SC e a conformidade com as normas técnicas aplicáveis:

5.1. Requisitos Técnicos do serviço

- **Serviço de instalação de Câmeras de monitoramento**
 - **Comprovação de experiência** na instalação de sistemas similares (quantidade mínima de projetos concluídos). Medidas personalizadas conforme dimensões dos ambientes;
 - Conhecimento em diferentes tipos de câmeras (IP, analógicas, PTZ, infravermelho);
 - Integração com sistemas de rede existentes (estrutura de cabeamento, switches PoE);
 - Configuração e teste do sistema para garantir qualidade de imagem, alcance, e cobertura adequada;
 - Credenciamento do licitante no CRT ou/e CREA.

5.2. Requisitos de Execução/Instalação

- A contratada deverá realizar visita técnica prévia, a fim de garantir a correta medição e definição das necessidades específicas de cada local;
- Os serviços executados deverão ser entregues e instalados no local definido pela administração pública, testados diante do fiscal de contrato, para homologação;
- Toda instalação deverá ser realizada por profissionais qualificados, respeitando normas de segurança e boas práticas técnicas;
- Os serviços deverão ser prestados dentro do prazo estipulado no contrato;
- A contratada deverá fornecer treinamento básico, quando aplicável.

5.3. Requisitos Gerais

- A empresa contratada deverá possuir regularidade fiscal e trabalhista, além de experiência comprovada em serviços similares;



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- A proposta deverá conter memorial descritivo dos serviços, prazo de entrega, tempo de garantia e condições de manutenção e assistência técnica, caso haja retrabalho;
- Serão exigidos atestados de capacidade técnica ou documentos que comprovem a execução de serviços similares em instituições públicas ou privadas.

1.3. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA E A QUANTIDADE

O dimensionamento das quantidades foi realizado com base nas necessidades identificadas em diferentes setores da administração pública municipal, considerando o número de ambientes, as dimensões dos espaços, a frequência de uso, e os objetivos de proporcionar a segurança patrimonial, controle de acesso, e videomonitoramento dos ambientes institucionais.

1.4. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A seguir, apresenta-se a média de valores levantados, considerando produtos com qualidade compatível e especificações semelhantes às pretendida conforme ANEXO I.

1.5. DA NATUREZA DO OBJETO

- ☐ O objeto é o único existente no mercado, de acordo com sua especificação.
- ☒ O objeto desta contratação é caracterizado como comum, com características e especificações usuais de mercado.

O artigo 20 da Lei nº 14.133/2021, estabelece que os itens de consumo deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como objetivo atender às necessidades identificadas nos diversos setores da Administração Pública do Município de Urussanga/SC quanto ao monitoramento dos espaços internos, especialmente no que se refere ao a segurança eletrônica dos ambientes.

A instalação dos sistemas de monitoramento, é essencial para garantir a proteção contra eventuais atos de agressão física, e danos patrimoniais, aumentando a segurança e o bem-estar dos servidores públicos e dos cidadãos atendidos.

A aquisição dos serviços de instalação de sistemas de videomonitoramento, vem de encontro também a proteção educacional de estudantes da rede pública municipal, diante de agressões físicas ocorridas em diferentes espaços, em Santa Catarina, que requerem rápida ação por parte do poder público..

A inclusão desses serviços, vem de encontro com a premissa de que o Estado deve promover a segurança do cidadão, em seus espaços públicos.

Portanto, a contratação é justificada pela necessidade de videomonitoramento dos bientes públicos municipais, com foco na melhoria das condições de trabalho, atendimento ao público, conservação dos espaços e segurança da população usuária dos serviços e espaços da municipalidade.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

- ☒ Sim
- ☐ Não

3.1.1. Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços

- ☒ quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações ~~para~~ com maior celeridade e transparência
- ☒ quando for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços paraatendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e
- ☒ quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) PREENCHIDO PELO SETOR DE LICITAÇÃO:

- ☒ Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).
- ☐ Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para ME/EPP).



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

☐ Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração pública.

Justificativa:

3.3. Será admitida a participação de consórcios?

☒ Não

☐ Sim

3.4. Será admitida a participação de cooperativas?

☒ Não

☐ Sim

3.5. Será admitida a subcontratação?

☒ Não

☐ Sim

Condições e limites para a subcontratação:

Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento dos serviços, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

Caso seja permitida, deve-se incluir itens que especifiquem a parcela do objeto a ser subcontratada, expondo seus limites e/ou condições, fundamentando as razões para subcontratar.

3.6. Do agrupamento de itens em lotes

☒ Não

☐ Sim

Justificativa:

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

☐ Não

☒ Sim

Justificativa:

Comprobabilidade de qualificação técnica, com declaração de atendimento de ao menos três outras empresas (públicas ou privadas), e regularidade no CRT, ou CREA.

4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

☒ Não

☐ Sim

4.3. Será exigida carta de solidariedade?



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

☒ Não

☐ Sim

4.4. Será exigida garantia de proposta?

☒ Não

☐ Sim

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1. Habilitação Jurídica

☐ Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

☒ Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

☒ Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

☒ Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

☐ Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

☒ Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

☐ Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

☐ Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

☐ Agricultura familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

☐ Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

☐ Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) n.º

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista (DEVE SER PREENCHIDO PELO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO)

☒ Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

☒ Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

☒ Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

☒ Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

☒ Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

☒ Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.3. Qualificação econômico-financeira

☐ Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

☒ Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

☒ Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); e

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de.....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5.4. Qualificação técnica

5.4.1. Será exigida a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (no mínimo um) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, distintas, onde a licitante prestou ou presta serviços, o(s) qual(s) será analisado pela Administração contratante, a fim de verificar se há similaridade entre os serviços prestados e os descritos neste Edital, ao qual a licitante restou vencedora.

5.4.2. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

5.4.3. Comprovação de a licitante possuir, na data prevista para a entrega da proposta, Técnico Profissional de Nível Superior ou Técnico, vinculado a empresa, com formação na área correspondente, reconhecido pelo CREA e ou CFT, o qual será obrigatoriamente o técnico responsável pela execução dos serviços objeto deste procedimento, devendo juntar para tais comprovações os seguintes documentos:

5.4.3.1. Cópia da carteira de trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o técnico profissional indicado pertence ao quadro permanente da empresa, ou

5.4.3.2. Cópia de contrato de regime de prestação de serviços e/ou ART de cargo ou função e/ou outro documento equivalente, ou

5.4.3.3. Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo CREA ou CFT, deste mesmo técnico profissional, o qual comprove ter o mesmo se responsabilizado por execução de serviços compatível com o objeto licitado.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto deverá ser realizada pela empresa contratada de forma integral, conforme as especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência e nas condições estabelecidas no contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A empresa vencedora será responsável pelo fornecimento do serviço de instalação de sistemas de videomonitoramento, de acordo com as horas contratadas, para cada edificação e/ou espaço designado para instalação.

A execução deverá obedecer às seguintes condições:

1. **Prazos:** A entrega e instalação dos itens deverão ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da ordem de fornecimento, podendo ser realizada em etapas conforme cronograma acordado com o Município.
2. **Local de Execução:** Os serviços deverão ser realizados nos prédios públicos indicados pela Administração Municipal de Urussanga/SC, conforme listagem e cronograma a ser fornecido após a contratação.
3. **Responsabilidade Técnica:** Caberá à contratada dispor de equipe técnica qualificada e de todos os equipamentos e ferramentas necessários para a correta execução dos serviços, seguindo as normas técnicas vigentes e boas práticas do setor.
4. **Garantia:** Todos os serviços deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega e/ou instalação, abrangendo defeitos de fabricação, materiais e instalação.
5. **Fiscalização:** A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pelo Município, que poderá(ão) solicitar ajustes, correções ou substituições, caso o fornecimento ou instalação não estejam em conformidade com o previsto.
6. **Limpeza e Acabamento:** Após a instalação, a contratada deverá deixar os ambientes limpos, retirando resíduos de obra, embalagens e materiais descartáveis, garantindo o bom estado de conservação do local.

O descumprimento de quaisquer obrigações contratuais poderá acarretar sanções conforme a legislação vigente e cláusulas previstas no edital e no contrato administrativo.

6.2. Local, horário e endereço de entrega

Os locais, horário e endereço de entrega serão indicados na Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria de Administração

6.3. Bens perecíveis

☒ Não

☐ Sim

6.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a % do valor total do contrato?

☒ Não

☐ Sim

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

☐ Garantia e/ou assistência técnica

Especificar condições:

--

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1. Da Contratada

a) Manter inalterados os preços e condições propostas;

b) A CONTRATADA está obrigada a executar o objeto através de pessoas idôneas com capacidade profissional comprovado e qualificado, assumindo a total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem à CONTRATANTE, podendo a mesma solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente, ou cuja capacidade técnica seja insuficiente;

c) A CONTRATADA está obrigada a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie forem vítimas, seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependência do CONTRATANTE;

d) A CONTRATADA está obrigada a assumir e arcar com os encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais, bem como, os tributos resultantes do cumprimento desse termo respectivo;



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- e) A CONTRATADA está obrigada a cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou convenientes; as leis, regulamentos e posturas, bem como, qualquer determinação emanada das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto desse termo, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;
- f) A CONTRATADA está obrigada a comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto deste termo;
- g) A CONTRATADA está obrigada a manter um representante para tratar com a CONTRATANTE;
- h) A CONTRATADA está obrigada a se responsabilizar com despesas como, profissional técnico, transporte, combustível, mão de obra para carga, descarga, seguros, diárias de alimentação, dentre outras despesas advindas da execução deste termo respectivo;
- i) Providenciar a imediata reparação, correção ou substituição, total ou parcial, às suas expensas, diante de qualquer defeito nos produtos entregues, este deverá ser substituído em até 24 (vinte e quatro) horas do ocorrido.
- j) Entregar os produtos de acordo com o objeto.
- k) Cumprir o disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21.
- l) São Expressamente vedadas à CONTRATADA:
 - 1) A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.
 - 2). A subcontratação para a execução do objeto do objeto, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
 - 3) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE.
- m) A contratada deverá assumir como sua responsabilidade o fornecimento de todos os necessários equipamentos (Equipamento de Proteção Individual e Equipamento de Proteção Coletiva) em atendimento ao estabelecido nas respectivas normas de segurança do trabalho, sem ônus adicional à CONTRATANTE.
- n) Manter os salários dos seus empregados rigorosamente em dia.
- o) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da contratação de pessoal, tais como: salários, acidentes em que sejam vítimas seus empregados quando em serviço e por tudo quanto as Leis Trabalhistas lhe assegurem inclusive férias, aviso prévio, indenizações, etc.
- p) Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra o **CONTRATANTE** por empregados da **CONTRATADA**, esta deve comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir o **CONTRATANTE** no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação.
- q) Caso a Justiça Trabalhista condene financeiramente o **CONTRATANTE**, este descontará os valores correspondentes das faturas a serem pagas, mesmo que não se refiram aos produtos abrangidos por este Instrumento Contratual.

7.2. Da Contratante

- a) A CONTRATANTE está obrigada a efetuar os pagamentos devidos;
- b) A CONTRATANTE está obrigada a proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os compromissos assumidos;
- c) A CONTRATANTE exigirá o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com as cláusulas contratuais;
- d) A CONTRATANTE exercerá o acompanhamento, execução e a fiscalização, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando o dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- e) A CONTRATANTE está obrigada a notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do uso do objeto no período da garantia fixando prazo para providências cabíveis;
- f) A CONTRATANTE está obrigada a rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o objeto;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- g) A CONTRATANTE está obrigada a comunicar, em tempo hábil, à CONTRATADA, as entregas dos produtos a serem entregues tais como: os horários, os locais e a quantidade a ser entregue.
- h) Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto na autorização de fornecimento recebida, de acordo com esta do objeto.
- i) Assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso dos funcionários da empresa contratada ao local de entrega dos produtos.
- j) Prestar as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela empresa contratada, e que digam respeito à natureza do objeto deste Termo.
- k) Notificar o licitante vencedor, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- l) Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- m) Proceder à conferência da Nota fiscal/fatura, atestando no corpo da mesma, pelo fornecimento dos produtos.
- n) Convocar o contratado para que o mesmo encaminhe em até 04 horas da convocação um técnico ou responsável legal que tenha conhecimento dos produtos entregues, quando apresentarem defeito, para fins de verificação do fato e promover a substituição, quando for o caso.
- o) Manter os salários dos seus empregados rigorosamente em dia.
- p) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da contratação de pessoal, tais como: salários, acidentes em que sejam vítimas seus empregados quando em serviço e por tudo quanto as Leis Trabalhistas lhe assegurem inclusive férias, aviso prévio, indenizações, etc.
- q) Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra o **CONTRATANTE** por empregados da **CONTRATADA**, esta deve comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir o **CONTRATANTE** no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa com o término ou rescisão desta Ata de Registro.
- r) Caso a Justiça Trabalhista condene financeiramente o **CONTRATANTE**, este descontará os valores correspondentes das faturas a serem pagas, mesmo que não se refiram aos produtos abrangidos por este Instrumento Contratual.

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- ☐ Somente por assinatura de contrato
- ☐ Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica
- ☒ Autorização de Fornecimento
- ☒ Ata de Registro de Preços
- ☐ Outro. _____

8.2. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

☒ A Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser **prorrogada por igual período**, totalizando até **24 (vinte e quatro) meses**, conforme previsto no artigo 84, §3º, da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação dependerá da manifestação formal da Administração, devidamente justificada pelo interesse público, e da concordância do fornecedor, mediante termo aditivo. Durante a vigência da Ata, a Administração poderá realizar as contratações conforme suas necessidades, observando as condições, quantidades e preços registrados.

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: VANIO COMIN
Cargo: Secretária de Administração
E-mail: vanio.comin@urussanga.sc.gov.br

Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial: I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do caput do art. 19; II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência; III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais; IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração; V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 19; VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato; VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial; VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento; IX - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

Fiscal:

Nome: MAURO PAES CORREA
Cargo: CHEFE DE TI
Centro de Custo: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
E-mail: mauro@urussanga.sc.gov.br

A fiscalização será exercida no interesse do município de URUSSANGA/SC, e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

9. CRITÉRIOS DE MEDICAÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado, por ordem bancária, mediante a apresentação de Nota Fiscal, correspondente ao fornecimento executado e aceito definitivamente, devendo ser emitida, obrigatoriamente, pelo CNPJ da Contratada.

9.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida eletronicamente e encaminhada ao Contratante, por e-mail a ser fornecido pela fiscalização, juntamente com relatórios comprobatórios dos serviços executados.

9.3. Liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal, no prazo de:

a) 5 (cinco) dias úteis, nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

b) 10 (dez) dias úteis, nos demais casos.

9.4. Pagamento da despesa no prazo de:

a) 30 (trinta) dias corridos à contar da data de certificado e aceite pelo fiscal, obedecendo-se a ordem cronológica por fonte de recurso.

9.5. Dos valores a serem pagos à Contratada, serão abatidos, na fonte, o Imposto de Renda na forma da Lei.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

☐ As despesas correrão a conta da dotação

☒ Não se aplica por ser Ata de Registro de Preços

11. DO VALOR ESTIMADO

11.1. O valor total estimado será de R\$ 71.995,50 (setenta e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos).

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

13. INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

Nome: Mauro Paes Correa



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

E-mail: mauro@urussanga.sc.gov.br
Telefone funcional: 48 34651188

Urussanga/SC, 02 de julho de 2025.

VANIO COMIN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO GP/Nº 12/2025
Ordenador de Despesa



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	675	H	Prestação de serviços de instalação de sistema de videomonitoramento, composto por câmeras, cabeamento, gravador de imagens (DVR) e acessórios necessários ao funcionamento dos sistemas que necessitarem de instalação e/ou manutenção.	R\$ 106,66	R\$ 71.995,50